

FNE espera respostas do Ministério da Educação para os desafios do novo ano letivo

No dia em que se inicia o ano escolar de 2021/2022, a FNE – Federação Nacional da Educação **saúda todos os educadores, professores, formadores, técnicos especializados e trabalhadores não docentes**, que recebem nas suas mãos as novas responsabilidades de um ano letivo que inclui inúmeros e complexos desafios.

Ao longo dos próximos dias todas as escolas iniciarão as atividades letivas com os seus alunos e são **vários os desafios que se colocam a todos os trabalhadores da educação neste ano:**

- Desde logo **o desafio da garantia das condições de proteção da saúde para todos os que vão trabalhar nas nossas escolas**. Num contexto sanitário instável, desconhecido e a necessitar de um acompanhamento permanente, cabe às autoridades de saúde garantir a permanente monitorização da situação sanitária do país tendo em conta especialmente a sua população escolar, competindo-lhes fazer adotar as medidas que forem ajustadas, de acordo com o que os estudos científicos vierem a demonstrar como necessários, nomeadamente os testes serológicos ou o reforço de vacinação, particularmente para os grupos mais vulneráveis. Por outro lado, nas escolas devem ser respeitadas todas as orientações das autoridades de saúde, em termos de distanciamento físico, de utilização de máscaras e de higienização dos espaços e dos equipamentos.

- Registamos também **o desafio das aprendizagens e da promoção do sucesso educativo para todos**. E para isso a FNE considera ser imperioso que todas as escolas possam contar com todos os profissionais que, em equipas multidisciplinares, saibam identificar e pôr em prática todos os mecanismos que forem necessários para que nenhum aluno seja deixado para trás e que todos progridam de forma sustentável a todos os níveis. Cabe por isso ao Ministério da Educação, a responsabilidade de garantir que todas as escolas, no quadro do desenvolvimento da sua autonomia, disponham de todos os meios para que as respostas educativas sejam atempadamente postas ao serviço dos alunos e para que o número de alunos por turma possa ser definido em função da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

- Apontamos **o desafio da plena dotação das escolas com equipamentos e ligações à rede robustas, rápidas e eficazes**. É necessário permitir que as ferramentas informáticas estejam ao dispor de docentes e alunos, em todas as circunstâncias, como recurso complementar das atividades letivas presenciais ultrapassando-se a fase dos anúncios sucessivos para se garantir a sua concretização desde o início do ano letivo que agora vai começar. Para este efeito, o Ministério da Educação deve dotar todas as escolas, quer dos equipamentos, quer das ligações à rede, quer dos técnicos especializados que forem necessários para a permanente manutenção, reparação e atualização de equipamentos e de software.

- Não esquecemos o **desafio da atratividade e do reconhecimento da profissão docente**. Não podem existir casos de alunos sem professor por falta de candidatos, como resultado das reduzidas condições de remuneração associadas a muitos horários, ou que haja professores desmobilizados e mesmo doentes pela pressão do excesso de trabalho acessório e burocrático que os desvia do foco da sua atividade essencial, que é o processo de ensino-aprendizagem. A FNE sublinha que o Ministério da Educação deve finalmente procurar encontrar, em diálogo com as organizações sindicais, as soluções que permitam responder às necessidades de rejuvenescimento e atratividade da profissão docente.

- **O desafio do acesso à formação contínua**. A formação contínua é imprescindível no trabalho que há que desenvolver com os alunos no particular contexto que resulta das condições escolares vividas nos últimos dois anos, sendo por isso fundamental que seja realizada sem prejuízo dos tempos de trabalho individual de preparação de aulas e de avaliação de alunos e, claro, sem prejuízo do legítimo direito ao tempo de vida pessoal.

- **A valorização dos Trabalhadores Não Docentes é outro dos desafios para este novo ano escolar**. Os Trabalhadores Não Docentes não têm visto reconhecida responsabilidade que lhes está atribuída. Deste modo, é essencial reconhecer que a estes trabalhadores são atribuídas funções que são específicas do contexto escolar e, portanto, não repetíveis noutros setores da Administração Pública. É por este motivo que a FNE insiste na necessidade de se trabalhar no sentido da identificação e formalização dos conteúdos funcionais específicos destes trabalhadores, com a conseqüente concretização das respetivas carreiras.

- **E por último o desafio do crescimento do investimento em Educação**. Como a FNE sublinhou na Campanha que desenvolveu a finalizar o ano letivo anterior, “Não há educação de qualidade com um sistema educativo low-cost”. E isso contraria-se com mais investimento. Desta forma e por estes objetivos, deve o Estado atribuir para 2022, uma parcela significativa do seu Orçamento para a Educação, de forma que esta atinja, pelo menos, 6% do PIB. Esta parte do Orçamento deve garantir o desenvolvimento equilibrado de todos os setores da Educação, desde a educação para a infância, ao ensino superior, à educação de adultos e às ofertas formativas de segunda oportunidade, incluindo ainda o Ensino Português no Estrangeiro, especialmente dirigido às comunidades de emigrantes.

Após a apresentação no final do mês de julho, em conferência de imprensa, das preocupações e propostas para a preparação do ano letivo de 2021/2022, a FNE lança desta forma **as linhas reivindicativas urgentes sobre as condições de abertura deste novo ano escolar**, lembrando que profissionais – docentes e não docentes – são insubstituíveis e incontornáveis para a formação de crianças e jovens, assim como para a promoção de uma escola pública inclusiva e de qualidade para todos.